

Deliberativo discute Projetos de Lei

Durante a reunião do Conselho Deliberativo e da Diretoria Plena da Associação Médica Brasileira, no dia 1º de abril, no Hotel Wall Street, em São Paulo, foi discutido o Projeto de Lei 3466/04, de autoria do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que referencia a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) no sistema suplementar de saúde em âmbito nacional. O diretor de Proteção ao Paciente, Jurandir Marcondes Ribas Filho, explicou todas as alterações acordadas para o substitutivo do PL, cujo relator é o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar da Saúde. Jurandir também informou que o Projeto de Lei continua tramitando em regime de urgência na Câmara dos Deputados e que poderá ser votado em breve, por acordo de lideranças, assim que houver brecha na pauta da Casa, atualmente trancada por várias Medidas Provisórias.

“Acreditamos que a aprovação deste substitutivo representa uma grande vitória na luta pela adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, porque nada melhor do que o respaldo da Lei”, destacou o diretor.

Em seguida, o 1º vice-presidente da Associação Médica Brasileira e coordenador da Comissão Nacional para Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, Lincoln Freire, resumiu as negociações com a Unidas, a Unimed e a Abramge, além das principais ações da CNI. No dia 8 de abril, foi realizada uma nova reunião entre a Comissão Nacional e as Comissões Estaduais de Honorários Médicos em Maceió (AL), com destaque para o movimento do Nordeste.

“Procuramos manter a mobilização construída com sucesso no último ano, sem perder de vista nosso objetivo maior, que é a implantação da CBHPM por todos os segmentos do setor em todo o País”, afirmou Freire.

O presidente da Associação Médica de Rondônia, Aparício Carvalho, solicitou a interferência das entidades médicas em relação à discordância entre o Ministério Público Federal e a Comissão Estadual de Honorários quanto à CBHPM. “As assessorias jurídicas da AMB e do CFM já estão tomando todas as providências cabíveis em defesa dos médicos”, informou o secretário-geral da AMB, Edmund Baracat.

O diretor de Saúde Pública, Samir Dahas Bittar, comunicou avanços nas negociações com a Fenaseg quanto à discussão dos contratos de prestação de serviços. Já o 1º tesoureiro da entidade e presidente da Comissão Nacional de Honorários Médicos, Amílcar Martins Giron, relatou que 47 Sociedades de

Especialidade solicitaram ajustes na CBHPM. A quarta edição da Classificação deve ser publicada em junho.

Outro assunto da pauta foi a proposta de Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a fim de definir um padrão essencial para a troca de informações entre os prestadores de serviço e as operadoras de planos de saúde, colocada em consulta pública. Segundo Samir Bittar, que representa a Associação Médica Brasileira junto à Agência, a complexidade dos formulários propostos a serem preenchidos pelos médicos e a imposição de programas de informática, entre outras cláusulas, tornam a proposta inaceitável. “Se essas medidas entrarem em vigor, o médico será um escravo da burocracia do setor, o que contraria a essência da intenção anunciada pela ANS ao rever o sistema de troca de informações”, avaliou Bittar. Diante da gravidade do tema, no dia 13 de abril, o 1º secretário da Associação Médica Brasileira, Aldemir Humberto Soares, entregou em mãos ao diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, e à gerente geral de Integração com o SUS, Jussara Macedo P. Röttsch, uma carta assinada pela diretoria da Associação Médica Brasileira e pelas 57 Sociedades de Especialidade explicando os pontos condenáveis da Resolução.

Ainda durante a reunião, os integrantes do Conselho Deliberativo foram informados sobre a tramitação da Medida Provisória 232/04, que aumentaria a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 32% para 40% para as empresas prestadoras de serviço que optam pelo sistema do lucro presumido. O governo editou uma outra Medida Provisória, a 243/05, revogando os artigos que implicavam aumento da carga tributária. Dessa forma, os deputados aprovaram a MP para garantir a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física, considerada o único aspecto favorável da 232. O recuo do Executivo foi avaliado como uma vitória para a classe médica, que participa ativamente da Frente Brasileira contra a MP 232 desde o início do ano.

O Conselho Deliberativo discutiu também o Projeto de Lei do Senado 25/02, que regulamenta a profissão médica. As Federadas e Sociedades de Especialidade foram orientadas a mobilizar seus sócios a fim de obter o maior número possível de assinaturas para o abaixo-assinado pedindo a aprovação do PLS, a ser entregue à senadora Lúcia Vânia, relatora do Projeto de Lei na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.



Discussões sobre a CBHPM e Ato Médico foram predominantes na reunião do Conselho Deliberativo, realizada em São Paulo

“A arrecadação de assinaturas é a melhor estratégia para o momento, pois, neste processo, estaremos conscientizando não somente os colegas como os próprios pacientes”, disse o diretor de Proteção ao Paciente, Jurandir Marcondes Ribas Filho. Depois de começar a avaliar o Projeto de Lei 3268/04, de autoria do deputado Francisco Gonçalves (PTB-MG), que dispõe sobre a opção de acomodação particular de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Deliberativo foi informado de que está em consulta pública um anteprojeto de Lei, elaborado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, sobre as diretrizes nacionais para a

instituição de planos de carreiras, cargos e salários no SUS.

Também durante a reunião, o presidente da Associação Médica Brasileira, Eleuses Vieira de Paiva, declarou aberto o processo eleitoral que definirá o novo presidente da entidade. Um nome de consenso deverá ser apresentado na próxima reunião do Conselho Deliberativo, quando começará a ser discutida a composição da nova diretoria. A eleição para o triênio 2005-2008 será realizada no dia 31 de agosto.

“Iremos trabalhar com total transparência para que sejam mantidas a amizade e a confiança que caracterizam as atuais relações entre a diretoria, as Federadas e as Sociedades de Especialidade”, garantiu Paiva.